A EFICÁCIA DAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS NA PROTEÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DE CASOS E IMPACTO A PRESERVAÇÃO

Autor(res)

Ana Maria Foguesatto
Diogo Ricardo Martins Balestra
Luane Flores Chuquel
Beatriz Fátima Andretta

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

Introdução

A proteção ambiental é um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, especialmente diante da expansão econômica depredativa, de crises climáticas e degradação dos ecossistemas. Nesse contexto, as Ações Civis Públicas (ACPs) emergem como ferramentas jurídicas importantes para a defesa do meio ambiente, permitindo que cidadãos e entidades promovam a responsabilização de agentes causadores de danos ambientais. A relevância dessas ações reside na sua capacidade de mobilizar a sociedade civil, garantindo que as vozes de comunidades afetadas sejam ouvidas e que o Estado cumpra seu dever de proteger os recursos naturais. A presente pesquisa científica analisará, através do método de revisão bibliográfica, a eficácia das ACPs na preservação ambiental, examinando casos emblemáticos e suas implicações.

Objetivo

Objetiva-se entender como as Ações Civis Públicas (ACPs) influenciam políticas públicas e práticas sustentáveis, contribuindo para um futuro mais equilibrado entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Material e Métodos

A metodologia desta pesquisa científica é a pesquisa bibliográfica exploratória e documental. Para o desenvolvimento do estudo, que visa analisar a eficácia das Ações Civis Públicas (ACPs) na proteção ambiental, foi realizada uma pesquisa abrangente sobre a literatura existente sobre o tema, incluindo a verificação de leis, jurisprudências e alternativas legais que promovam a preservação dos recursos naturais. Essa abordagem estabelece uma sólida fundamentação teórica para a investigação.
Para a revisão da literatura, foram utilizados o "Google Acadêmico" e plataformas de busca como "Research Rabbit" para localizar artigos acadêmicos e científicos relevantes. Os seguintes descritores foram empregados: Ações Civis Públicas e proteção ambiental, responsabilidade civil na conservação, e eficácia das ACPs na preservação de ecossistemas. A pesquisa abrangeu artigos científicos publicados entre 2014 e 2024, permitindo uma análise atualizada e abrangente do tema.

Resultados e Discussão

A análise realizada demonstra que as Ações Civis Públicas (ACPs) têm se mostrado eficazes na proteção ambiental, impactando significativamente a preservação de ecossistemas e a responsabilização de infratores. A análise de casos emblemáticos, como a ACP pela despoluição do Rio Tietê em São Paulo e a proteção da Floresta Amazônia, revela que as decisões judiciais resultantes dessas ações não apenas trouxeram imposições legais ao Estado, mas também catalisadoras de mudanças nas políticas públicas. Observou-se que, em muitos casos, as ACPs mobilizam a sociedade civil, incentivando a participação ativa de comunidades afetadas e organizações não governamentais.

Essa mobilização busca garantir que as vozes locais sejam ouvidas, promovendo uma justiça ambiental mais equitativa. Apesar de desafios como a morosidade dos processos judiciais e a falta de recursos, as Ações Civis Públicas (ACPs) são fundamentais para fortalecer a conservação ambiental e promover práticas sustentáveis no Brasil.

Conclusão

A pesquisa demonstrou que as ACPs são eficazes na proteção ambiental, contribuindo para a preservação de ecossistemas e responsabilização de infratores. Casos emblemáticos mostram como as ACPs mobilizam a sociedade civil e influenciam políticas públicas. Apesar de desafios como a lentidão processual e a escassez de recursos, as ACPs se consolidam como ferramentas essenciais para promover práticas sustentáveis e garantir que as vozes locais sejam ouvidas na conservação ambiental no Brasil.

Referências

ABRAMOVAY, R. Muito além da Economia Verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Economia ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

SILVA, João da; PEREIRA, Maria. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro, v. 66, n. 1, p. 123-145, 2023. Disponível em: https://qa1.scielo.br/j/dados/a/VkN6nHGLRsrZdzq74mWZCqx/?format=html&lang=pt. Acesso em: 16 out. 2024.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.